Breitener Energética S.A. - (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020

Rela	atório da Administração	3
Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Bala	anço Patrimonial	8
Der	monstração do Resultado	9
Der	monstração dos Resultados Abrangentes	10
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	12
Der	monstração do Valor Adicionado	13
Not	tas explicativas	14
1.	A companhia e suas operações	14
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	16
3.	Sumário das principais práticas contábeis	18
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	20
5.	Contas a receber	21
6.	Estoques	24
7.	Investimentos	25
8.	Imobilizado	26
9.	Fornecedores	26
10.	Arrendamentos Mercantis	27
11.	Partes relacionadas	27
12.	Benefícios concedidos a empregados	30
13.	Tributos	30
14.	Patrimônio líquido	34
15.	Receita de serviços	36
16.	Custos e despesas por natureza	37
17.	Outras (despesas) receitas, líquidas	38
18.	Resultado financeiro líquido	38
19.	Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	39
20.	Processos judiciais e contingências	39
21.	Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros	44
Cor	nselho de Administração e Diretoria Executiva	47



BREITENER ENERGÉTICA S.A.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício 2020

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Estas demonstrações são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, DVA, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

DESAFIOS 2020

Em 2020 tivemos um cenário imprevisível, uma pandemia ocasionada pelo Coronavírus - SARS-CoV-2. O estado do Amazonas foi um dos primeiros estados a ter picos da doença covid-19 e de forma impactante.

A administração tomou providências de imediato a fim de resguardar os seus empregados e manter as usinas em operação em vista de que geração de energia elétrica ser configurada como atividade essencial. Neste desafio a saúde das pessoas foi resguardada, mesmo com a continuidade da geração de energia elétrica nas usinas do grupo Breitener. Diversas ações foram tomadas de imediato tais como a criação de um comitê formal voltado para a pandemia, contratação de maneira emergencial de um profissional de saúde exclusivo para o COVID-19, suspenção de ingresso nas usinas de prestadores de serviço oriundos do exterior, aferição da temperatura das pessoas que entram nas usinas, mapeamento das instituições hospitalares para encaminhamento de colaboradores suspeito de contaminação, manter álcool gel disponível nas usinas, compra e obrigatoriedade do uso de mascaras, proibir aglomerações e reuniões presenciais, manter em teletrabalho grupo de risco e demais funcionários administrativos e informes educativos para os colaboradores.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2020, as usinas do grupo Breitener Energética S.A. atingiram uma geração líquida média de 122,9 MW por meio de suas controladas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, 2,4% acima da geração contratada de 120 MW nas duas usinas e 22,4% maior que a geração líquida média de 100,4 MW do ano de 2019. O resultado de 2020 foi obtido pela evolução do projeto REVAMP, com a substituição de 15 motores, bem como a realização das manutenções preventivas nos demais motores não substituídos.

Durante a pandemia em 2020, as atividades de instalações dos motores do REVAMP, principal projeto das usinas, foram suspensas em diversos momentos do ano, mesmo assim o resultado da geração de energia foi positivo. A meta do número de motores do REVAMP (NMRP) ficou abaixo do planejado para as duas usinas, planejou-se 18 motores instalados, porém foram instalados 15 motores. Esta meta abaixo do previsto deveu-se a paralização das atividades de instalação dos motores em virtude do nível de contaminação na cidade de Manaus com possibilidade de transmissão do Coronavírus - SARS-CoV-2 para os trabalhadores, bem como o fechamento das fronteiras na Europa, impossibilitando viagem dos funcionários da empresa austríaca fabricante dos motores para Manaus. Mesmo nos períodos de menores infecção do vírus na cidade de Manaus, as atividades foram realizadas com efetivo reduzido, utilizando-se apenas dos trabalhadores disponíveis na cidade de Manaus.

RESOLUÇÃO DE PENDÊNCIAS

Relevante salientar que em 2020 foi concluído o pagamento à Petrobras o valor de R\$ 14.290 mil referente aos serviços de anos anteriores compartilhados de Contabilidade, Tributos, Finanças, Jurídico e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Este processo foi concluído através da assinatura pelas partes do Termo de Encerramento de Pendências (TEP).

INDICADORES

Referente aos indicadores estratégicos, destacamos que na Breitener Energética não houve acidentes em 2020, fechando o indicador TAR (Taxa de Acidente Reportado) em ZERO e o ROAE (*Return on average equity*) fechou em 4%, frente à meta de 1%. Já o



GOG (Gastos Operacionais Gerenciáveis) e o Delta FCO (Variação de Fluxo de Caixa Operacional) ficaram fora da meta, impactados, principalmente, pela baixa de créditos fiscais de IR e CSSL no 3T20 no valor de R\$ 1.973 mil.

Tabela 1 - Indicadores Energética 2020

INDICADOR		UNIDADE	ENERGÉTICA		
INDICADOR		UNIDADE	META	REALIZADO	
TAR	•	Aci/HHERx106	0,0	0,0	
GOG	1	R\$ mi l hões	7,8	9,7	
Delta FCO	1	R\$ mi l hões	11,9	5,4	
ROAE	1	%	1,0	4,0	

Os indicadores da subsidiária Breitener Jaraqui que ficaram fora da meta foram o Número de Motores do REVAMP (NMRP) pelos motivos citados anteriormente e o Delta FCO, este principalmente devido ao valor principal do REFIS, referente às obrigações de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Os indicadores Geração de Energia (GEN), Disponibilidade das Usinas (DISP) superaram a meta. A evolução do REVAMP vem sendo determinante para melhoria da performance operacional e na confiabilidade dos equipamentos. Além destes indicadores, o TAR e o GOG também ficaram dentro da meta.

Tabela 2 - Indicadores Jaraqui 2020

		JARAQUI		
INDICADOR	UNIDADE	META	REALIZADO	
GEN ↑	MW	52,0	58,6	
DISP ♠	%	70,0	84,0	
NMRP 👚	UNIDADE	9,0	7,0	
TAR -	Aci/HHERx106	1,0	0,0	
GOG -	R\$ mi l hões	96,0	74,5	
DeltaFCO ↑	R\$ mi l hões	19,4	12,6	

A subsidiária Breitener Tambaqui teve os indicadores NMRP e o Delta FCO abaixo da meta, pelos mesmos motivos da Jaraqui, porém com este último muito próximo à meta, conforme destacado na tabela abaixo.

Tabela 3 - Indicadores Tambaqui 2020

			TAMBAQUI		
INDICADOR		UNIDADE	META	REALIZADO	
GEN	1	MW	58,0	61,7	
DISP	1	%	75,0	78,9	
NMRP	1	UNIDADE	9,0	8,0	
TAR	₽	Aci/HHERx106	1,0	0,0	
GOG	₽	R\$ mi l hões	104,7	82,1	
DeltaFCO	1	%	2,4	2,1	

DESEMPENHO FINANCEIRO

Apesar do cenário desafiante do ano de 2020, a companhia teve um Lucro líquido de R\$ 28.583 mil, R\$ 96.184 mil superior ao obtido em 2019 (prejuízo líquido de R\$ 67.601).



Os fatores que influenciaram o resultado positivo são listados a seguir:

Menor provisão para perdas de crédito esperadas - PCE (R\$ 60.748 mil),
 relacionada às glosas efetuadas pela AmE-GT sobre faturas em aberto;

Adiamento dos gastos vinculados ao REVAMP (R\$ 15.208 mil) em 2020;

Reprocessamento de créditos tributários de PIS e COFINS sobre as receitas de

arrendamento mercantil, no montante R\$ 34.873 mil, reconhecidos em 2019;

Maior receita de arrendamento financeiro (R\$ 127.478 mil), em função do reajuste

dos contratos em novembro de 2020.

CONCLUSÃO

Apesar do cenário adverso de 2020, as usinas operaram fornecendo energia dentro do

contrato, graças a substituição de 15 motores. O resultado financeiro ficou acima do

esperado, principalmente em função do reajuste do contrato de fornecimento acima do

previsto. Ressaltamos que a Diretriz principal sempre foi a de colocar a vida em primeiro

lugar e zero acidentes.

Manaus/AM. 25 de fevereiro de 2021.

A Administração

RAIMUNDO BARROSO LUTIF FILHO

Assinado de forma digital por RAIMUNDO BARROSO LUTIF FILHO Dados: 2021.02.25 17:30:54 -03'00'

Raimundo Barroso Lutif Filho

Diretor Presidente

Assinado de forma digital por SANDRO WAGNER COSTA FRAGA Dados: 2021.02.25 15:45:36

-04'00'

Sandro Wagner Costa Fraga

Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Breitener Energética S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Breitener Energética

S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Breitener Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas n°s 1 e 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas

controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
 Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não
 - Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da

época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC

SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos S. Rosa Milena dos Santos Rosa Contador

CRC RJ-100983/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo			Consolidado	ŭ	Controladora	Passivo	ļ	0	Consolidado	Con	Controladora
	Nota	2020	2019	2020	2019		Nota	2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		132	363	112	243	Fornecedores	6	115.312	135.587	13.559	9.862
Contas a receber, líquidas	2	227.716	196.391	35.412	30.100	Imposto de renda e contribuição social	13.1	1	944	1	1
Contas a receber - FIDC	2	135.235	139.929	22.739	27.380	Impostos e contribuições	13.1	10.575	10.996	1.815	439
Estoques	9	85.855	82.059	1	1	Programa de regularização fiscal	1.1.3	3.341	ı	ı	ı
Imposto de renda e contribuição social	13.1	10.393	8.027	4.108	300	Salários, férias, encargos e participações		5.495	5.425	587	752
Impostos e contribuições	13.1	3.118	165	1	ı	Provisão para gastos de P&D		10.968	11.308	ı	ı
Dividendos e Juros sobre capital próprio		1	1	14.061	1	Dividendos e juros sobre capital próprio	14.4.1	17.000	1	17.000	1
Adiantamento a fornecedores		3.612	1	1	1	Outras contas e despesas a pagar		089	714	6	1
Outros ativos		•	3	1	1			163.371	164.974	32.970	11.054
		466.061	426.937	76.432	58.024						
						Não circulante					
Não circulante						Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.4	185.175	167.304	29.323	28.000
Realizável a longo prazo						Programa de regularização fiscal	1.1.3	12.249	1	1	1
Contas a receber, líquidas	2	534.183	543.996	116.469	122.856	Provisão para processos judiciais e administrativos	20.1	7.389	13.990	9	9
Depósitos judiciais	20.2	2.342	2.292	211	208	Outras contas e despesas a pagar		72	8	-	-
Imposto de renda e contribuição social	13.1	22.162	26.271	1	1.973			204.885	181.302	29.329	28.006
Impostos e contribuições	13.1	56.039	50.712	2.008	4.259			368.256	346.276	62.299	39.060
		614.726	623.271	118.688	129.296						
						Patrimônio líquido					
Investimentos	7	1	1	580.029	556.007	Capital social	14.1	592.458	592.458	592.458	592.458
Imobilizado	∞	7.932	7.948	7.613	7.613	Reserva de capital	14.2	100	100	100	100
		7.932	7.948	587.642	563.620	Reservas de lucros	14.3	127.905	119.322	127.905	119.322
	ĺ	622.658	631.219	706.330	692.916		ļ	720.463	711.880	720.463	711.880
		1.088.719	1.058.156	782.762	750.940			1.088.719	1.058.156	782.762	750.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Consolidado		Controladora
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita de serviços	15	48.559	37.003	-	_
Custo dos serviços	16.1	(107.528)	(104.957)	-	-
Prejuízo bruto		(58.969)	(67.954)	-	-
Receitas (despesas)					
Vendas	16.2	(8.175)	(77.961)	-	-
Gerais e administrativas	16.3	(17.822)	(30.208)	(9.704)	(17.432)
Tributárias		(13.110)	(4.223)	1.441	(3.279)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	17	(32.656)	(21.991)	(1.086)	3.373
		(71.763)	(134.383)	(9.349)	(17.338)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(130.732)	(202.337)	(9.349)	(17.338)
Resultado financeiro líquido	18	186.621	178.100	26.034	22.577
Receitas financeiras		211.048	153.520	26.205	22.872
Despesas financeiras		(17.932)	(7.984)	(93)	(8)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(6.495)	32.564	(78)	(287)
Resultado de participações em investimentos		-	-	15.426	(69.194)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		55.889	(24.237)	32.111	(63.955)
Imposto de renda e contribuição social	13.3	(27.306)	(43.364)	(3.528)	(3.646)
Lucro (prejuízo) do exercício		28.583	(67.601)	28.583	(67.601)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	14.5	0,06	(0,14)	0,06	(0,14)

 $As \ notas \ explicativas \ s\~ao \ parte \ integrante \ das \ demonstraç\~oes \ financeiras \ individuais \ e \ consolidadas.$

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício	28.583	(67.601)	28.583	(67.601)
Resultado abrangente total	28.583	(67.601)	28.583	(67.601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Reserva de capital		Re	Reservas de lucros		Total do patrimônio	Total do patrimônio
	Capital subscrito e				Dividendos adicionais	Lucros (prejuízos)	líquido atribuível aos acionistas da	líquido atribuível aos acionistas da
	integralizado	integralizado Incentivos fiscais	Legal	Especial	propostos	acumulados	controladora	controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2019	592.458	100	13.464	173.459	1	1	779.481	779.481
	592.458	100			186.923	1	779.481	779.481
Prejuízo do exercício	ı				1	(67.601)	(67.601)	(67.601)
Destinação:								
Absorção do prejuízo do exercício com reservas	1	•	1	(67.601)	1	67.601	•	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019	592.458	100	13.464	105.858	1	1	711.880	711.880
	592.458	100			119.322	ı	711.880	711.880
Lucro do exercício	1			1	1	28.583	28.583	28.583
Destinações:								
Apropriações do lucro líquido em reservas	1		1.429	7.154	1	(8.583)	1	•
Dividendos e juros sobre capital próprio	1			•	1	(20.000)	(20.000)	(20.000)
Dividendos adicionais propostos	1		-	(8.000)	8.000	1	-	•
Saldos em 31 de dezembro 2020	592.458	100	14.893	105.012	8.000	-	720.463	720.463
	592.458	100			127.905	-	720.463	720.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			_	
Lucro (prejuízo) do exercício	28.583	(67.601)	28.583	(67.601)
Ajustes para:				
Resultado de participações em investimentos	-	-	(15.426)	69.194
Depreciação e amortização	43	21	-	1
Perdas de crédito esperadas - PCE	17.213	77.966	(1)	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	(192.084)	(166.857)	(25.234)	(21.649)
Rendimento de recebíveis de ativos financeiros	(3.575)	(11.243)	(800)	(928)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	17.871	1.131	1.323	(434)
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	(6.601)	13.289	-	-
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(9.256)	(2.727)	(3.045)	(50)
Contas a receber - arrendamento financeiro	173.987	153.412	29.526	30.406
Estoques	(3.796)	(13.951)	-	-
Outros ativos	(397)	(3.727)	3	(3)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(33.298)	35.564	3.545	8.721
Impostos e contribuições	5.296	(1.104)	4.915	1.086
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.151)	(34.113)	(3.800)	(4.397)
Outros passivos	11.665	(8.724)	(161)	(347)
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(8.500)	(28.664)	19.428	13.999
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	-	-	-	31.021
Resgate (aplicações) de recebíveis de ativos financeiros	8.269	58.056	5.441	(15.709)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	8.269	58.056	5.441	15.312
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aporte de capital	-	-	(25.000)	-
Dividendos pagos	-	(29.126)	· · · · · · -	(29.126)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	-	(29.126)	(25.000)	(29.126)
Aumento de caixa e equivalentes	(231)	266	(131)	185
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	363	97	243	58
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	132	363	112	243

 $As \ notas \ explicativas \ s\~ao \ parte \ integrante \ das \ demonstraç\~oes \ financeiras \ individuais \ e \ consolidadas.$

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Serviços e outras receitas	74.635	100.469	3.802	4.280
Perdas de crédito esperadas - PCE	(17.213)	(77.966)	1	-
	57.422	22.503	3.803	4.280
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(108.968)	(149.929)	(3.681)	(10.675)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(5.785)	(5.215)	-	
	(114.753)	(155.144)	(3.681)	(10.675
Valor (consumido) gerado bruto	(57.331)	(132.641)	122	(6.395
Depreciação e amortização	(43)	(21)	-	(1
Valor adicionado líquido (consumido pela) gerado pela companhia	(57.374)	(132.662)	122	(6.396
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	-	-	15.426	(69.194)
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil	207.443	118.865	25.394	21.944
Receitas financeiras, variações monetárias e cambiais	1.360	61.491	733	64:
	208.803	180.356	41.553	(46.609
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	151.429	47.694	41.675	(53.005
Distribuição do valor adicionado Pessoal e administradores				
Salários	30.423	28.701	4.947	5.224
Benefícios	6.693	6.766	1.700	1.063
FGTS	2.189	2.191	281	308
Tributos	39.305	37.658	6.928	6.595
Federais	51.617	60.351	6.052	7.855
Estaduais	18.448	14.464	4	(
Municipais	223	233	15	132
·	70.288	75.048	6.071	7.993
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	13.144	2.256	93	8
Despesas de aluguéis	109	333	-	
	13.253	2.589	93	8
Acionistas				
Dividendos	20.000	-	20.000	
Lucro retido	8.583	-	8.583	
Prejuízo absorvido	28.583	(67.601) (67.601)	28.583	(67.601 (67.601
	20.505	(07.001)	20.505	(07.001)
	151.429		41.675	(53.005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A A Breitener Energética S.A. (denominadas, em conjunto, "Breitener" ou a "companhia"), teve, inicialmente, como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), para suprimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará.

Após cumpridas integralmente suas obrigações decorrentes do contrato com a CBEE, em abril de 2005, a companhia focou todos os recursos na transferência de sua planta em Maracanaú/CE para Manaus/AM, visando a implantação de duas usinas termoelétricas, na mesma localidade, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT), anteriormente denominada Manaus Energia S.A.

A companhia mantém transações com empresas do grupo Petrobras e segue o plano de negócios da controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de fornecimento de energia e arrendamento mercantil dos equipamentos

Atendendo a obrigação contratual específica, a companhia criou duas subsidiárias, Sociedades de Propósito Específico (SPE) - Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. - que assumiram os contratos de fornecimento de energia celebrados em 4 de maio de 2005 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE (atual Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – AmE-GT). Estes contratos, cujo objeto é o suprimento de energia elétrica à região Norte do País, têm vigências de vinte anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do índice geral de preços ao mercado – IGP-M.

As cláusulas estabelecem a disponibilização mensal de 120 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica à AmE-GT; que a operação e manutenção da planta termoelétrica seja efetuada pela companhia; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou heat rate será ressarcido pela AmE, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL.

Para iniciar a operação, as subsidiárias alugaram da Breitener Energética S.A. os motores transferidos de Maracanaú/CE e assumiram os custos de transporte e instalação, dentre outros. Os contratos com a AmE-GT preveem que as plantas termelétricas arrendadas pela companhia, bem como os motores de propriedade das suas subsidiárias, serão revertidos para o patrimônio da AmE-GT sem qualquer indenização devida, findo os prazos de vigência dos contratos em julho de 2025.

Em dezembro de 2018 o controle da AmE relativos a parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem não afetando os contratos existentes, já que tais contratos foram anteriormente transferidos para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobras, a AmE-GT.

1.1. Destaques do exercício

1.1.1. Troca dos motores a gás da companhia

As subsidiárias Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A., por força de acordo contratual, são obrigadas a entregar no final do contrato de arrendamento, em maio de 2025, a planta das térmicas em plenas condições de uso e de geração de energia. Após a conclusão dos estudos sobre os cenários econômico-financeiros, as subsidiárias optaram pela troca da totalidade de seus 46 motores a gás, por ser mais viável economicamente do que a realização das manutenções de 60.000 horas e eventuais multas por não geração da energia contratada. As obras de revitalização dessas plantas industriais iniciaram no terceiro trimestre de 2019 e tem previsão de conclusão até 2022.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Como as subsidiárias da companhia não têm previsão legal de recuperar os gastos incorridos por meio da remuneração dos seus contratos de arrendamento e nem possuem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio da utilização desses motores em suas atividades normais, além daqueles que já estão cobertos pelo atual contrato, os gastos destinados às revitalizações serão levados ao resultado à medida que forem aplicados na obra. Em 2020 foi reconhecido no resultado do exercício o montante de R\$ 34.824 (R\$ 50.032 em 2019).

1.1.2. Aporte para futuro aumento de capital na subsidiária Breitener Jaraqui S.A.

Em reunião realizada em 30 de abril de 2020 pelo Conselho de Administração, a companhia aprovou o adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, no montante de R\$ 25.000, na sua subsidiária Breitener Jaraqui S.A.. Em 10 de julho de 2020, a companhia efetivou a transferência dos recursos visando fortalecer o caixa da sua subsidiária para o cumprimento dos compromissos contratuais e operacionais.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro 2020, a companhia decidiu capitalizar integralmente o AFAC na subsidiária Breitener Jaraqui.

1.1.3. Programa de Regularização Fiscal – REFIS

Em setembro de 2020, a subsidiária Breitener Jaraqui S.A. solicitou junto à Receita Federal do Brasil o parcelamento ordinário de débitos tributários, de forma amigável e sem qualquer benefício financeiro para a subsidiária.

Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontravam-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem suportar uma defesa no âmbito judicial. O montante de R\$ 16.703 foi parcelado em 60 vezes, composto por principal (R\$ 8.071), multa (R\$ 910) e juros (R\$ 7.722). No período de setembro a dezembro de 2020 houve a quitação de R\$ 1.125.

Em 31 de dezembro de 2020, o REFIS é composto pelos seguintes valores:

	Saldo inicial	Atualização monetária	Pagamento	Saldo final
IRPJ	6.567	4	(442)	6.129
CSSL	3.683	3	(248)	3.438
PIS	1.316	1	(89)	1.228
COFINS	5.137	4	(346)	4.795
TOTAL	16.703	12	(1.125)	15.590
Passivo Circulante				3.341
Passivo não Circulante				12.249

1.2. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

1.2.1.Contexto

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma o setor produtivo.

1.2.2. Ações de resiliência

A companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

1.2.3. Efeito nas demonstrações financeiras

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras.

O resultado da revisão dessas premissas e outros decorrentes da COVID-19, está apresentado a seguir:

- não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes. Permanece
 a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada operação, classificada como sendo
 altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos de
 venda. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais
 assinados.
- o reconhecimento das perdas de crédito esperadas (PCE) nos ativos financeiros da companhia considerou os impactos esperados da COVID-19. Para os ativos financeiros cujas contrapartes possuíam ratings publicados por agências de risco, para onde as notas já refletiam os efeitos da pandemia, foram utilizadas as informações divulgadas por tais agências para cálculo da PCE. Para os demais ativos financeiros, de forma geral, os efeitos esperados do COVID-19 foram incorporados à PCE por meio da identificação da deterioração da probabilidade de default baseada em dados observáveis que consideraram a estratificação do devedor por área de atuação, tipo de produto e região. Houve um impacto no montante de R\$ 13.224 reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa 5.3).
- no âmbito do contencioso jurídico da companhia, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Controladora foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2021, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

2.3. Novas normas e pronunciamentos

2.3.1.International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2020, são os seguintes:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência
Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do Financial Stability Board (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9, passivos de arrendamento; contabilidade de hedge; e divulgações.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 — Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 – Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

- 5. Contas a receber
- 6. Estoque
- 7. Investimentos
- 8. Imobilizado
- 9. Arrendamento mercantil
- 13. Tributos
- 14.2. Reservas de incentivos fiscais

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- 14.3. Dividendos
- 15. Receita de serviço
- 20. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
 fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas
 específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo
 quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem
 contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por
 apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 20.

4.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela companhia.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 13.4.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.3. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber, líquidas

		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros				
Operação e manutenção (b)	24.594	20.820	-	-
CCC-ISOL (c)	100.503	100.503	-	-
Liquidação financeira - CCEE (d)	3.232	4.831	-	-
Reembolso de encargos e recebíveis (e)	90.705	54.153	-	-
Outras	872	80	67	68
Subtotal	219.906	180.387	67	68
Outras contas a receber				
Terceiros				
Arrendamento financeiro (a)	740.711	735.812	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)				
Arrendamento financeiro	-	-	151.814	152.889
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	14.061	-
Outras	270	5.963	-	-
Subtotal	740.981	741.775	165.875	152.889
Total do contas a receber	960.887	922.162	165.942	152.957
Perdas de crédito esperadas - PCE (f)	(198.988)	(181.775)	-	(1)
Total do contas a receber, líquidas	761.899	740.387	165.942	152.956
Circulante	227.716	196.391	35.412	30.100
Não circulante	534.183	543.996	116.469	122.856

a) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

O saldo consolidado decorre da parcela de disponibilidade de capacidade dos contratos de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a arrendatária AmE-GT (nota explicativa 10).

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Operação e manutenção

Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a arrendatária.

c) CCC-ISOL

Refere-se às parcelas de reembolso do óleo combustível, pendentes de recebimento da arrendatária, em decorrência da aplicação da Resolução Normativa 427 de 22 de fevereiro de 2011 (nota explicativa 20.4.1).

d) Liquidação financeira - CCEE

Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

e) Reembolso de encargos e recebíveis

Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente a parcelas remanescente de notas fiscais de potência e arrendamento mercantil financeiro.

f) Perdas de crédito esperadas

Refere-se, principalmente, às perdas de crédito esperadas (PCE) sobre arrendamento e parcelas do faturamento de outubro e novembro de 2018, glosadas em função da queda de liminar, em 28 de fevereiro de 2019, que sustentava o direito da Breitener Tambaqui de não ser penalizada por incapacidade de fornecimento de energia. Em resposta, a Administração da companhia entrou com uma ação contra a Amazonas Energia — AmE para reaver o direito às parcelas glosadas. No mesmo período, houve a transferência dos contratos celebrados com a AmE para a AmE-GT, que também penaliza a companhia por incapacidade de fornecimento de energia, o que motivou a administração a mover nova ação judicial contra a AmE-GT, em dezembro de 2019.

Mais detalhes dessa operação podem ser encontrados na nota explicativa 20.4.1.

5.2. Aging do Contas a receber – Terceiros

			•	Consolidado				Controladora
		31.12.2020		31.12.2019	3	1.12.2020		31.12.2019
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	778.314	(17.246)	745.977	(6.615)	67	-	152.956	-
Vencidos:								
De 3 a 6 meses	437	(248)	19.887	(18.862)	-	-	-	-
De 6 a 12 meses	5.699	(5.309)	31.839	(31.839)	-	-	1	(1)
Acima de 12 meses	176.167	(176.185)	124.459	(124.459)	-	-	-	-
	960.617	(198.988)	922.162	(181.775)	67	-	152.957	(1)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

		Consolidado		Controladora		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019		
Saldo inicial	181.775	103.809	1	1		
Adições	17.217	77.966	-	-		
Reversões	(4)	-	(1)			
Saldo final	198.988	181.775	-	1		

As adições da PCE em 2020, decorrem de novas glosas em face de energia não disponibilizada, e dos títulos em aberto, no valor de R\$ 3.989, e do aumento na sensibilidade de perda por conta da COVID-19, que gerou uma PCE adicional no período de R\$ 13.224. Ressalta-se que neste último efeito está inserido, também, o impacto na mudança da garantidora do contrato com a AmE-GT, que ao final de 2020 passou a ser a Eletronorte em substituição à Eletrobras.

5.4. Contas a receber - FIDC

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 135.235 (R\$ 139.929 em 31 de dezembro de 2019) representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas da Petrobras, sendo um fundo exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Prática contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

6. Estoques

		Consolidado
	31.12.2020	31.12.2019
Peças de manutenção	85.855	82.059
	85.855	82.059

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AmE-GT. O custo das peças é registrado no resultado do período mediante sua utilização.

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstrados ao custo de aquisição.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Investimentos

7.1. Investimentos diretos (Controladora)

	Principal segmento de atuação	% de participação direta da Breitener Energética	% no capital votante	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Empresas Consolidadas					
Breitener Tambaqui	G&E	100,00%	100,00%	339.641	6.116
Breitener Jaraqui	G&E	100,00%	100,00%	240.388	9.310

7.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2019	Aporte de capital	Resultado de participação em investimentos	Dividendos/ Juros sobre capital próprio	Saldo em 31.12.2020
Subsidiárias e controladas		_			
Breitener Tambaqui	347.466	-	6.116	(13.941)	339.641
Breitener Jaraqui	208.541	25.000	9.310	(2.463)	240.388
	556.007	25.000	15.426	(16.404)	580.029

Prática contábil

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Breitener Energética e das suas controladas.

O controle é obtido quando a Breitener Energética possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia.

Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

Investimentos societários

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam controlada.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Imobilizado

8.1. Por tipo de ativos

			Consolidado	Controladora
	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	7.612	357	7.969	7.614
Depreciação	-	(21)	(21)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.612	336	7.948	7.613
Custo	7.612	2.799	10.411	9.074
Depreciação acumulada	-	(2.463)	(2.463)	(1.461)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	7.612	336	7.948	7.613
Adição por arrendamento financeiro	-	27	27	-
Depreciação	-	(43)	(43)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.612	320	7.932	7.613
Custo	7.612	2.826	10.438	9.074
Depreciação acumulada	-	(2.506)	(2.506)	(1.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.612	320	7.932	7.613

Tempo de vida útil médio ponderado em anos

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

5 a 10

Os ativos depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente, são demonstrados na nota explicativa 8.1. Os terrenos não são depreciados.

9. Fornecedores

		Consolidado	Controladora		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	
Terceiros no País (i)	22.029	44.052	3.235	85	
Partes relacionadas (nota explicativa 11)	93.283	91.535	10.324	9.777	
	115.312	135.587	13.559	9.862	

⁽i) A variação decorre, principalmente, do provisionamento, em dezembro de 2019, da compra de motores para a revitalização do parque industrial, e da liquidação financeira da CCEE na subsidiária Tambaqui, quitadas em 2020.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Arrendamentos Mercantis

10.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

				Consolidado			Controladora
				Recebimentos			Recebimentos
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Perdas de crédito esperada	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2021	210.404	(12.915)		197.489	35.683	(590)	35.093
2022 - 2023	420.809	(89.529)	(5.513)	325.767	72.457	(4.377)	68.080
2024 em diante	333.140	(121.199)	(3.525)	208.416	54.342	(5.953)	48.389
Em 31 de dezembro de 2020	964.353	(223.643)	(9.038)	731.672	162.482	(10.920)	151.562
Circulante				197.489			35.093
Não circulante				534.183			116.469
Em 31 de dezembro de 2020				731.672			151.562
Circulante				191.815			30.033
Não circulante				543.997			122.856
Em 31 de dezembro de 2019				735.812			152.889

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

No contrato em que a companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente.

Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

11. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

• Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

11.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema

					Consolidado
				31.12.2020	31.12.2019
		D. 1	Petrobras Distribuidora		
Ativo	Petronect	Petrobras	S.A. (*)	Total	Total
Circulante					
Adiantamento a fornecedor			3.207	3.207	5.704
Reembolso de gastos com pessoal	-	271	5.207	271	259
Neembolso de gastos com pessoar	<u> </u>	271	3.207	3.478	5.963
Passivo	-	2/1	3.207	3.476	5.965
Circulante					
Fornecedor CCC-ISOL	_	70.714	_	70.714	70.714
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD (i)	_	20.457	_	20.457	19.336
Dividendos e juros sobre capital próprio	_	15.922	_	15.922	
Outras contas a pagar	10	224	1.878	2.112	1.485
	10	107.317	1.878	109.205	91.535
				2020	2019
				Jan-Dez	Jan-Dez
			Petrobras Distribuidora	Total	Total
	Petronect	Petrobras	S.A. (*)		
Resultado					
Custo dos serviços	-	-	(12.122)	(12.122)	(14.032)
Despesa de juros sobre notas fiscais da CIGÁS	-	-	-	-	(7.901)
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD (i)	-	(3.369)	-	(3.369)	(17.440)
Atualização monetária sobre o CCCD (i)	-	(296)	-	(296)	(1.896)
	-	(3.665)	(12.122)	(15.787)	(41.269)

^(*) A partir de 01 de julho de 2019 a Petrobras Distribuidora S.A. passou a ser classificada como coligada do Sistema Petrobras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

						Controladora
					31.12.2020	31.12.2019
		Breitener	Breitener			
	Petronect	Tambaqui	Jaraqui	Petrobras	Total	Total
Ativo						
Circulante						
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	11.850	2.211	-	14.061	-
Arrendamento mercantil financeiro	-	17.533	17.560	-	35.093	30.033
Outras contas a receber	-	126	126	-	252	-
	-	29.509	19.897	-	49.406	30.033
Não circulante						
Arrendamento mercantil financeiro	-	58.005	58.464	-	116.469	122.856
	-	87.514	78.361	-	165.875	152.889
Passivo						
Circulante						
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD (i)	-	_	-	10.321	10.321	9.777
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	_	-	15.922	15.922	-
Outras contas a pagar	3	-	-	-	-	-
	3	-	-	26.243	26.243	9.777
					2020	2019
					Jan-Dez	Jan-Dez
		Breitener	Breitener			-
	Petronect	Tambaqui	Jaraqui	Petrobras	Total	Total
Resultado	retionect	rambaqui	Jaraqui	retionias		
				(4.205)	(4.205)	(0.752)
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD (i)	-	-	-	(1.205)	(1.205)	(8.752)
Atualização monetária sobre o CCCD (i)	-	-	-	(152)	(152)	(1.025)
Resultado de arrendamento mercantil financeiro	-	14.300	14.142	-	28.442	21.943
	-	14.300	14.142	(1.357)	27.085	12.16

(i) Parcela de processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, Jurídico e Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC são compartilhados e conduzidos por sua controladora (Petrobras). O montante provisionado contempla o valor principal e a atualização monetária, e a sua quitação se dará com a assinatura do Termo de Encerramento de Pendências – TEP.

11.2. Membros chave da administração da companhia

Remuneração da administração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais da Breitener Energética relativas aos meses de dezembro de 2020 e 2019 foram as seguintes:

		Expresso em reais
Remuneração do empregado	Dez/2020	Dez/2019
Menor remuneração	3.841	3.674
Remuneração média	12.045	11.639
Maior remuneração	28.361	27.115

As remunerações totais dos membros do conselho de administração têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentados a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020_ Conselho de Administração	2019 Conselho de Administração
Salários e benefícios	153	117
Encargos sociais	31	23
Número de membros	4	4
Número de membros remunerados	3	3

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Breitener Energética S.A, sendo a companhia ressarcida pelos valores de honorários previstos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados no Conselho de Administração e Assembleia Geral.

Em 17 de abril de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária fixou a remuneração dos administradores (conselho de administração) em R\$ 222, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021.

12. Benefícios concedidos a empregados

12.1. Remuneração variável

Para o exercício de 2019 e 2020, a Administração da companhia não aprovou o reconhecimento de provisão de benefícios relativos a participação no resultado para seus empregados.

13. Tributos

13.1. Tributos correntes

						Consolidado
Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No país:						
Imposto de renda (i)	7.847	3.991	14.098	16.651	-	666
Contribuição social (i)	2.546	4.036	8.064	9.620	-	278
	10.393	8.027	22.162	26.271	-	944

(i) Os valores registrados no ativo não circulante, referem-se aos créditos de imposto de renda e de contribuição social dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que foram objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

						Consolidado
Demais impostos e contribuições	A	Ativo Circulante Ativo não Circulante		lante Ativo não Circulante Passivo Circ		sivo Circulante
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No país:						
Impostos retidos na fonte	-	-	-	-	943	868
ICMS	-	164	-	-	7.761	6.157
PIS e COFINS (i)	3.118	1	40.656	42.680	1.705	3.684
PIS e COFINS Diferidos (ii)	-	-	15.383	8.032	-	-
Outros impostos	-	-	-	-	166	287
	3.118	165	56.039	50.712	10.575	10.996

(i) Os créditos de PIS e de COFINS, registrados no ativo não circulante, referem-se em parte ao exercício de 2012, que foram objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 7.940.

Até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos aos período de julho de 2015 a abril de 2019 Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito no montante de R\$ 32.786, atualizado monetariamente, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

(ii) A variação no período decorre, basicamente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização das plantas industriais das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui.

			(Controladora
Imposto de renda e contribuição social	A	tivo Circulante	Ativo não Circulan	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No país:				
Imposto de renda	3.641	234	-	1.487
Contribuição social	467	66	-	486
	4.108	300	-	1.973

				Controladora
Demais impostos e contribuições	Ativo	Ativo não Circulante		ivo Circulante
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No país:				
Impostos retidos na fonte	-	-	103	88
PIS e COFINS (i)	2.009	4.259	1.705	334
Outros impostos		-	7	17
	2.009	4.259	1.815	439

(i) Nas operações da controladora, o reprocessamento da apuração do PIS e COFINS ocorreu apenas sobre as receitas financeiras oriundas do arrendamento mercantil.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade. Em 2020, foram baixados créditos de imposto de renda e contribuição social prescritos, no montante de R\$ 7.028.

13.2. Programa de Regularização Fiscal - REFIS

				Consolidado
	Pass	Passivo Circulante Pass		não Circulante
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020 31.12.2	
IRPJ	1.313	-	4.816	-
CSSL	737	-	2.701	-
PIS	263	-	965	-
COFINS	1.028	-	3.767	
	3.341	-	12.249	-

Refere-se ao parcelamento ordinário de débitos tributários, junto à Receita Federal do Brasil (nota explicativa 1.1.3).

13.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado			Controladora
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	55.888	(24.237)	32.111	(63.955)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(19.002)	8.241	(10.918)	21.745
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	-	-	5.245	(23.526)
Exclusões/(Adições), líquidas				
Temporárias	(5.448)	(55.615)	(1.053)	(3.226)
Permanentes	(7.800)	4.611	1.488	(240)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.521	(437)	1.689	1.574
Outros	3.423	(164)	21	27
Imposto de renda e contribuição social	(27.306)	(43.364)	(3.528)	(3.646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.871)	(1.131)	(1.323)	434
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.435)	(42.233)	(2.205)	(4.080)
Total	(27.306)	(43.364)	(3.528)	(3.646)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	48,86%	(178,92)%	10,99%	(5,70)%

A variação da alíquota efetiva entre os exercícios ocorreu, essencialmente, pelo efeito do reconhecimento da PCE sobre recebíveis em 2019, compensado parcialmente com o reconhecimento de gastos com a revitalização da planta industrial da Tambaqui e Jaraqui em 2020, que não foram objeto de constituição de ativo fiscal diferido.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

					Consolidado	Controladora
	Arrendame	nto mercantil financeiro				
	Imobilizado	Contas a receber	Prejuízos fiscais	Outros	Total	Total
Em1º de janeiro de 2019	46.536	(248.050)	36.729	(1.388)	(166.173)	(28.434)
Reconhecido no resultado do exercício	(7.406)	17.205	(10.711)	(219)	(1.131)	434
Em 31 de dezembro de 2019	39.130	(230.845)	26.018	(1.607)	(167.304)	(28.000)
Reconhecido no resultado do exercício	(7.392)	(9.074)	695	(2.100)	(17.871)	(1.323)
Em 31 de dezembro de 2020	31.738	(239.919)	26.713	(3.707)	(185.175)	(29.323)
Impostos diferidos ativos					26.018	12.000
Impostos diferidos passivos					(193.322)	(40.000)
Em 31 de dezembro de 2019					(167.304)	(28.000)
Impostos diferidos ativos					26.713	12.567
Impostos diferidos passivos					(211.888)	(41.890)
Em 31 de dezembro de 2020					(185.175)	(29.323)

O reconhecimento dos créditos fiscais ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente.

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros.

Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

		Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquio				
		Consolidado		Controladora		
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
2021	5.820	46.224	2.736	9.144		
2022	5.820	46.224	2.736	9.144		
2023	5.820	46.224	2.736	9.144		
2024	5.820	46.224	2.736	9.144		
2025	3.433	26.992	1.622	5.313		
Parcela registrada contabilmente	26.713	211.888	12.566	41.889		
Parcela não registrada contabilmente	138.310	-	54.418	-		
Total	165.023	211.888	66.984	41.889		

Prática contábil

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os passivos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 592.458 está representado por 484.490.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

14.2. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva Especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da companhia.

Os dividendos adicionais do exercício de 2020, no montante de R\$ 7.154, serão mantidos como reserva especial de dividendos, até que a disponibilidade de caixa permita o pagamento. Adicionalmente, a companhia propôs o montante de R\$ 8.000 como dividendos propostos referentes à parcela dos dividendos não distribuídos de 2017, os quais estavam mantidos como reserva especial, a ser apreciado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

14.4. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2020, no montante de R\$ 20.000, atendem aos direitos garantidos dos acionistas.

14.4.1. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício (Controladora)	28.583	(67.601)
Apropriação:		
Reserva legal	(1.429)	-
Reserva especial	-	67.601
Lucro ajustado	27.154	-
Dividendos, equivalentes a 73,65% do lucro básico:		
Juros sobre capital próprio (JSCP)	20.000	-
IRRF (15%) sobre JCP	(3.000)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	17.000	-
Juros sobre capital próprio	20.000	-
Reserva legal	1.429	-
Reserva especial	7.154	(67.601)
Total da destinação do resultado	28.583	(67.601)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os dividendos propostos em 31 dezembro de 2020, no montante de R\$ 20.000, foram declarados na forma de juros sobre capital próprio (JSCP) e imputados aos dividendos propostos de 2020, conforme deliberação de 21 de dezembro de 2020 do Conselho de Administração. Sobre o valor declarado incide imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%, no montante de R\$ 3.000.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 6.800.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

14.5. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora		
	2020	2019	
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Energética S.A.	28.583	(67.601)	
Quantidade de ações	484.490.000	484.490.000	
Lucro (prejuízo) do exercício básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,06	(0,14)	

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

15. Receita de serviços

		Consolidado_		
	2020	2019		
Receita bruta de serviços - O&M	73.790	57.684		
ICMS	(18.406)	(14.415)		
PIS	(1.218)	(1.118)		
COFINS	(5.607)	(5.148)		
	48.559	37.003		

O acréscimo na receita é reflexo da revitalização de sua planta industrial, gerando uma melhor performance, que teve como consequência um aumento na prestação de serviços de operação e manutenção.

Prática contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A receita de operação e manutenção é reconhecida com base no contrato de fornecimento de energia, o qual é faturado de acordo com as medições mensais.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

16. Custos e despesas por natureza

16.1. Custos dos serviços vendidos

		Consolidado
	2020_	2019
Materiais e combustíveis (i)	(45.456)	(48.572)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(23.601)	(20.390)
Compartilhamento de custos e despesas (nota explicativa 11.1)	(1.572)	-
Depreciação e amortização	(34)	(9)
Gastos com pessoal	(36.865)	(35.986)
Total	(107.528)	(104.957)

16.2. Despesas de vendas

		Consolidado
	2020	2019
Constituição de perdas de crédito esperadas - PCE (nota explicativa 5.3)	(8.175)	(77.961)
Total	(8.175)	(77.961)

16.3. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado			Controladora
	2020	2019	2020	2019
Materiais e combustíveis	-	(182)	-	-
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(5.525)	(2.491)	(569)	(1.141)
Compartilhamento de custos e despesas (nota explicativa 11.1)	(1.578)	(17.440)	(1.205)	(8.752)
Depreciação e amortização	(9)	(12)	-	(1)
Gastos com pessoal	(10.710)	(10.083)	(7.930)	(7.538)
Total	(17.822)	(30.208)	(9.704)	(17.432)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Outras (despesas) receitas, líquidas

	Consolidado		Controlado	
	2020	2019	2020	2019
Gastos vinculados à revitalização das plantas industriais (nota explicativa 1.1.1)	(34.824)	(50.032)	-	-
Perdas com processos judiciais e administrativos	5.233	(13.293)	-	-
Provisão para perda com créditos fiscais	(1.973)	-	(1.973)	-
Receita de locação terreno	819	743	819	743
Obrigações com P&D	(382)	(565)	-	-
Resultado com pessoal cedido	32	1.097	-	-
Recuperação de créditos tributários (i)	-	25.004	-	3.538
Receita de potência vinculada a processos judiciais	-	10.023	-	-
Multas sobre processos judiciais	-	1.964	-	-
Perdas de crédito esperadas - PCE	1	(5)	1	-
Outras	(1.562)	3.073	67	(908)
	(32.656)	(21.991)	(1.086)	3.373

⁽i) Em 2019, os valores referem-se ao reprocessamento das apurações das contribuições de PIS e COFINS sobre receita financeira de arrendamento conforme processo informado na nota explicativa 13.1.

18. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Consolidado			Controladora
_	2020	2019	2020	2019		
Receitas Financeiras	211.048	153.520	26.205	22.872		
Resultado sobre o arrendamento mercantil financeiro (i)	207.443	118.865	25.394	21.944		
Receita com recebíveis de ativos financeiros	3.575	11.243	800	928		
Receita de juros sobre o contas a receber - ações judiciais	-	23.395	-	-		
Outras receitas	30	17	11	-		
Despesas Financeiras	(17.932)	(7.984)	(93)	(8)		
Constituição de perdas de crédito esperadas - PCE (nota explicativa 5.3)	(9.038)	_	-	_		
Programa de regularização fiscal - REFIS (nota explicativa 1.1.3)	(8.643)	-	-	-		
Despesa de juros sobre notas fiscais da CIGÁS	-	(7.901)	-	-		
Outras despesas	(251)	(83)	(93)	(8)		
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(6.495)	32.564	(78)	(287)		
Variação cambial sobre fornecedores	(3.893)	-	-	-		
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	(1.199)	14.304	72	733		
Atualização monetária sobre P&D	(355)	5.693	-	-		
Atualização monetária sobre CCCD	(296)	(1.896)	(152)	(1.025)		
Atualização monetária sobre contas a receber - ações judiciais	-	14.346	-	_		
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	(752)	117	2	5		
Total	186.621	178.100	26.034	22.577		

(i) Em 2020, a variação decorre, principalmente, da remensuração dos recebíveis de arrendamento mercantil financeiro das subsidiárias Tambaqui e Jaraqui com a AmE-GT, que foram atualizados pelo índice do IGPM acumulado do período de novembro de 2019 a outubro de 2020, totalizando 20,92% (3,17% em 2019).

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado			Controladora
	2020	2019	2020	2019
Valores pagos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros	6.022	5.882	621	693

20. Processos judiciais e contingências

20.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: execução de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, que cobra valores referentes às multas previstas por trabalhador encontrado em situação irregular quanto à jornada de trabalho;
- Processo ambiental referente à auto de infração lavrado em 2013 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus, que aplicou penalidade de multa em virtude de descumprimento de exigências ambientais, decorrente do desmoronamento de parte do terreno da subsidiária Breitener Tambaqui; e
- Processos fiscais, referentes a não homologação de compensações de tributos federais.

Os valores provisionados são os seguintes:

		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fiscais	5.630	13.255	-	-
Trabalhistas	1.372	354	6	6
Ambientais	387	381	-	-
Total	7.389	13.990	6	6
Passivo não circulante	7.389	13.990	6	6
Saldo inicial	13.990	701	5	5
Adição, líquida de reversão	10.370	12.910	-	-
Utilização	(17.901)	-	-	-
Atualização de juros	930	379	-	-
Saldo final	7.389	13.990	5	5

No período de janeiro a dezembro de 2020, o montante de R\$ 17.901 foi utilizado no Programa de Regularização Fiscal (nota explicativa 1.1.3). Este valor refere-se à: (i) auto de infração cujo objeto é a cobrança de IRPJ e CSSL sobre despesas consideradas indedutíveis no montante de R\$ 13.414, e (ii) autos de infração oriundos de compensações não homologadas de saldos negativos de IRPJ, dos exercícios de 2008 a 2010 no montante de R\$ 4.487.

20.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
não circulante				
histas	302	284	-	-
cais	2.040	2.008	211	208
	2.342	2.292	211	208

No exercício de 2020, a movimentação refere-se à juros e atualização monetária.

20.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

		Consolidado		Controladora
Natureza	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas		2.019	-	-
Fiscais	29.911	39.795	15.091	14.875
Ambientais	5.435	5.354	-	-
Total	36.891	47.168	15.091	14.875

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza fiscal		Estimativa
Auton Haif a Fadaral	31.12.2020	31.12.2019
Autor: União Federal		
1) Incidência de ICMS sobre transferência de imobilizado para o estado do Amazonas.		
Situação atual: A execução fiscal encontra-se suspensa, ante o deferimento de efeito suspensivo no processo de embargos à execução.	14.789	14.578
2) Trata-se de auto de infração cujo objeto é o lançamento de IRPJ e CSLL.		
Situação atual: Aguardando o julgamento da defesa administrativa apresentada pela companhia.	5.847	5.732
3) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2009, não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados.		
Situação atual: Julgada improcedente a Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.	1.739	1.713
4) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do CSLL, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2009, não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados.	1.7.00	
Situação atual: Julgada improcedente a Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.	1.465	1.443
5) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2008,	1.403	1,443
não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados.		
Situação atual: Aguarda-se julgamento da defesa administrativa pela Delegacia Regional de Julgamento da Receita Federal.		
6) Compensação não homologada a título de IRRF decorrente de energia vendida para AmE.	1.017	1.003
Situação atual: Mudança de expectativa de perda para provável.	-	4.446
7) Homologação parcial de compensação de saldo negativo de CSLL 2010 (ano base 2009).		
Situação atual: Mudança de expectativa de perda para provável.	-	2.003
8) Homologação parcial de compensação de saldo negativo de CSLL.		
Situação atual: Mudança de expectativa de perda para provável.	-	1.372
9) Processos diversos de natureza fiscal	5.054	7.505
Total dos processos de natureza fiscal	29.911	39.795
Descrição do processo de natureza ambiental		Estimativa
	31.12.2020	31.12.2019
Autor: Secretaria Municipal Meio Ambiente de Manaus		
L) Descumprimento de natureza 018/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente.		
Situação atual: Processo encontra-se aguardando apreciação da defesa administrativa apresentada pela companhia.	5.435	5.354
Total dos processos de natureza ambiental	5.435	5.354
Descrição do processo de natureza trabalhista	21 12 2020	Estimativa
Autow Wallington Powete de Oliveiro	31.12.2020	31.12.2019
Autor: Wellington Barreto de Oliveira		
L) Trata-se de pagamento de horas extras e adicional noturno.		
ituação atual: Apresentado agravo de instrumento em recurso de revista. Aguardando julgamento.	1.257	
Autor: Edilson Primavera dos Santos		
.) Trata-se de pagamento de horas extras.		
ituação atual: O processo encontra-se em registro de ocorrência com recursos de ambas as partes.	288	25
Autor: Walney Souza do Nascimento		
L) Trata-se de pagamento de horas extras.		
Situação atual: Mudança de expectativa de perda para provável. Após julgamento o valor pedido pelo reclamante foi reduzido pelo juízo para R\$ 6.		1.76
Total dos processos de natureza trabalhista	1.545	2.019

Prática contábil

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

20.4. Contingências Ativas

20.4.1. Ações movida contra AmE, AmE-GT e Eletrobras

a) Reembolso CCC-ISOL

Em janeiro de 2009, a Resolução Normativa 347, posteriormente revogada e substituída pela Resolução Normativa 427 de 22 de fevereiro de 2011 da ANEEL, alterou o procedimento para reembolso da conta de consumo de combustíveis fósseis dos sistemas isolados - CCC-ISOL, reduzindo os valores pagos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

A Amazonas Distribuidora de Energia – AmE, assumiu a responsabilidade do pagamento pela energia fornecida referente ao óleo combustível, em decorrência da aplicação da referida Resolução Normativa. Entretanto, desde janeiro de 2009, a companhia não vem recebendo da AmE parte do reembolso da conta de consumo de combustíveis fósseis dos sistemas isolados - CCC-ISOL.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores pendentes de recebimento relativos ao reembolso do óleo combustível, em contrapartida do montante registrado em fornecedores, acumulam R\$ 100.503. Este valor, juntamente com as cominações legais, são objetos de ações judiciais contra a AmE e sua garantidora, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras.

A sentença julgou procedente os pedidos da companhia. A AmE e a Eletrobras interpuseram recurso de apelação, no qual foi negado provimento. A Amazonas Energia e a Eletrobras interpuseram Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial.

b) Atualização de tarifas

A companhia também pleiteou judicialmente créditos, no montante de R\$ 16.867, oriundo de questionamento referente ao momento em que devia se dar a atualização de suas tarifas de geração de energia. Em 24 de novembro de 2015, em decisão transitada em julgada, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT decidiu favoravelmente à companhia. O início do cumprimento de sentença se deu em 26 de fevereiro de 2016. A execução está suspensa devido à negociação entre as partes para atender pleito da AmE, que por não apresentar condições financeiras para quitar o valor devido à vista, propôs o parcelamento da dívida em 24 parcelas mensais e sucessivas corrigidas por 111% da taxa Selic.

O acordo extrajudicial prevê a quitação do processo judicial, no montante de R\$ 218.031, em 24 parcelas, e os pagamentos das parcelas foram iniciados, na forma de adiantamento, em agosto de 2017. Em 2020 não foram realizados adiantamentos pela AmE (Adiantamentos de R\$ 51.264 em 2019), como antecipação do acordo, através de Termo de Quitação, conforme exposto no item d. Os adiantamentos são apropriados ao resultado do exercício, conforme cálculo previsto no pleito judicial, que contempla principal, juros e multa.

c) Encargos Moratórios

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia ajuizou duas ações contra a Amazonas Energia S/A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobras, para pleitear encargos moratórios derivados dos pagamentos irregulares das faturas do período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018, relacionadas ao contrato de suprimento de energia, celebrado entre as partes.

Em outubro de 2020, após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas pagas em atraso relativas ao período de julho de 2009 a dezembro de 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, não cabendo mais a possibilidade de recurso à Amazonas Energia.

Após iniciada a fase de execução da sentença, as partes apresentaram petição conjunta para suspensão do prazo de execução, objetivando celebrar acordo para parcelamento da dívida, condicionada ao encerramento de outros cinco processos judiciais, em curso, para liquidação financeira de forma conjunta. Nos dois processos transitados em julgado, as partes estimam o montante de R\$ 198.025 de juros e correção monetária. Nos demais processos em curso, os valores estão em negociação.

A Companhia avaliou os dois processos com trânsito em julgado como ganho provável, considerando que se tratam de sentenças ilíquidas, as partes se encontram em negociação para celebrar acordo e sem uma data definida para liquidação. Dessa forma, não foram configurados todos os elementos necessários para reconhecimento do contas a receber.

d) Penalidades

Por conta da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada, conforme mencionado na nota explicativa 5.1.f, a arrendatária decidiu não quitar as parcelas residuais de maio a julho de 2019 do processo judicial referente a atualização de tarifas, indicado no item b, para compor os valores das sucessivas penalidades que a companhia vinha incorrendo pela sua incapacidade entregar a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês), em cada subsidiária, até a vigência da liminar. A Administração da companhia também está pleiteando judicialmente estes valores pelos mesmos motivos expostos na nota mencionada acima.

Em 18 de dezembro de 2019 a Administração da companhia e seus assessores jurídicos também entraram com ação judicial contra a AmE-GT (atual arrendatária do contrato) por entender ser improcedente as recentes glosas ocorridas nas parcelas faturadas durante o ano pela mesma fundamentação que garantia o recebimento integral das faturas quando da vigência da liminar.

A 6ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, por unanimidade negou provimento à apelação da companhia, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido. Atualmente, a companhia ingressou Embargos de Declaração Opostos.

Prática contábil

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	132	363	112	243
Contas a receber, líquidas	227.716	196.391	35.412	30.100
Contas a receber - FIDC	135.235	139.929	22.739	27.380
	363.083	336.683	58.263	57.723
Não circulante				
Contas a receber, líquidas	534.183	543.996	116.469	122.856
Depósitos judiciais	2.342	2.292	211	208
	536.525	546.288	116.680	123.064
	899.608	882.971	174.943	180.787

		Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	115.312	135.587	13.559	9.862	
Outras contas a pagar	680	714	9	1	
	115.992	136.301	13.568	9.863	
	115.992	136.301	13.568	9.863	

O principal ativo financeiro da companhia é classificado na categoria de empréstimos e contas a receber, não derivativo com recebimentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.4, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

21.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus diretores, com base nas políticas corporativas para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

21.3.1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

21.3.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

21.3.3. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.3.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida e despesas vinculadas ao serviço de operação e manutenção. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

21.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio, a companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
DANILO TENÓRIO BASTOS Conselheiro Presidente		FÁBIO MALINA LOSSO Conselheiro		
LEONARDO CLEMENTE Conselheiro		JOÃO EDUARDO DE SOUZA FREIXINHO Conselheiro		
	DIRETORIA EXECUTIVA			
RAII	MUNDO BARROSO LUTIF Diretor Presidente	FILHO		
SAI	NDRO WAGNER COSTA FI Diretor Administrativo			
MAR	COS ANTONIO GIBIN DE F Contador CRC-RJ 089868/0-2	FREITAS		